



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

120  
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0321311-4

APELANTE: Valmir Ribeiro Tavares

APELADOS: Estado de Pernambuco e Outro

RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**EMENTA:** APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. IMPOSSIBILIDADE DE AFERIÇÃO IMEDIATA DO REAL CONTEÚDO ECONÔMICO DA DEMANDA. GRATIFICAÇÃO QUE NÃO TEM NATUREZA PREVIDENCIÁRIA. COMPETÊNCIA DA VARA DA FAZENDA PÚBLICA PARA PROCESSAR E JULGAR O FEITO. APELO PROVIDO. 1. A discussão dos autos cinge-se à definição da competência jurisdicional para processar e julgar esta ação ordinária cujo valor da causa foi estipulado em montante inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ajuizada após o advento da Lei Federal nº 12.153/2009, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios. 2. Deveras, a competência dos Juizados da Fazenda Pública é absoluta, por força do art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/2009. 3. Logo, não vigora para as partes a liberdade de escolha entre os Juizados da Fazenda Pública e a Justiça Comum, diversamente do regime de livre escolha adotado pela Lei nº 9.099/95, na parte que trata dos Juizados Especiais Cíveis. 4. Na hipótese em exame, insurge-se o ora apelante, contra a não inclusão em seus proventos da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, alegando que, por se tratar de uma gratificação de caráter geral, deve ser extensível aos inativos. 5. Nesse caso, entende-se que não é aferível, de imediato, o real conteúdo econômico da demanda, de modo a ser possível afirmar de maneira peremptória que, a partir do reconhecimento do direito vindicado, o valor a ser apurado na causa será inferior a 60 (sessenta) salários mínimos – o que atrairia a competência dos Juizados da Fazenda Pública. 6. Por outro lado, cabe assinalar que a gratificação em foco não tem natureza previdenciária, o que faria incidir o art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 321/2011 do TJPE. 7. Deveras, é consabido que o Estado de Pernambuco sustenta em Juízo a tese de que a vantagem em lume foi expressamente criada para contemplar os policiais militares da ativa, nos termos do art. 8º da LC nº 59/2004, não sendo, exatamente por isso, extensível aos inativos. 8. Assim, não é possível, *a priori*, considerar que a demanda teria *natureza previdenciária*, pelo só fato de ter sido proposta por inativo, porquanto a questão controversa demanda, primeiro, exegese sobre o *caráter* (geral ou *propter laborem*) de vantagem indiscutivelmente estatutária, para só ao depois se cogitar de sua percepção por militar inativo. 9. Nesse contexto, entende-se que é competente para processar e julgar o feito a Vara da Fazenda Pública. 10. Por último, é de se observar que questões pertinentes à litispendência devem ser inicialmente analisadas pelo Juízo de origem, e não por este Tribunal de Justiça, evitando, desta forma, a supressão de instância. 11. Apelo provido, em ordem a reformar a sentença *a quo* e declarar competente a 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital para processar e julgar o feito, determinando o retorno dos autos àquela serventia judicial para o seu regular processamento.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

121  
e

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos da Apelação Cível nº 0321311-4, acima referenciada, acordam os Desembargadores integrantes da 2ª Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, por unanimidade, em dar provimento à apelação cível, nos termos constantes do voto do relator, que integra o acórdão.

Recife, 22 de maio de 2014 (data do julgamento).

**Des. Francisco Bandeira de Mello**  
Relator



116

**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0321311-4  
APELANTE: Valmir Ribeiro Tavares  
APELADOS: Estado de Pernambuco e Outro  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**RELATÓRIO**

Trata-se de **apelação cível** interposta por Valmir Ribeiro Tavares contra sentença (fls. 49/49v) proferida pelo Juízo de Direito da 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital, que extinguiu o processo, sem julgamento do mérito, em razão do reconhecimento da competência absoluta dos Juizados Especiais da Fazenda Pública para processar e julgar o feito.

No caso presente, o autor/apelante, policial militar inativo, ingressou com a *ação ordinária* subjacente ao presente apelo, objetivando a incorporação da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo* aos seus proventos de inatividade, por se tratar de uma gratificação de caráter geral, extensível aos inativos e pensionistas.

Nas razões do apelo (fls. 53/79), defende o apelante, em suma, que: (i) não se incluem na competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública causas que tenham por objeto a liberação de recurso, inclusão em folha de pagamento, reclassificação, equiparação, concessão de aumento ou extensão de vantagens a servidores públicos; (ii) *"a presente causa não possui um valor determinado, visto que dependerá para tal da fixação do quantum, em fase de liquidação, do benefício a ser auferido pela impugnante"*, pelo que pugna pelo provimento do apelo, *"no sentido de anular a sentença do juízo a quo, declarando, assim, a competência da citada Vara da Fazenda Pública da Capital para processar e julgar o feito"*.

O Estado de Pernambuco e a FUNAPE, em contra-razões às fls. 93/102, alegaram que: (i) *"nos termos do art. 2º da Lei Federal n. 12.154, de 22 de dezembro de 2009, causas com valor até 60 (sessenta) salários mínimos são da competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública"*; (ii) há litispendência em relação ao processo nº 0043694-51.2012.8.17.0001; (iii) *"o caso não pode ser incluso como apto a imediato julgamento por ainda não ter sido efetuada a citação da parte ré para responder os termos da petição inicial"*.

O Ministério Público, com assento neste Tribunal, opinou *"pelo conhecimento e parcial provimento do recurso, no sentido de anular-se a sentença recorrida, determinando-se, em seguida, a devolução dos autos ao Juízo de origem, para regular prosseguimento do feito"*. (fls. 108/113).

É o relatório, no essencial.

Inclua-se em pauta, para julgamento oportuno.

Recife, 09 de maio de 2014.  
  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

122  
e

APELAÇÃO CÍVEL Nº 0321311-4  
APELANTE: Valmir Ribeiro Tavares  
APELADOS: Estado de Pernambuco e Outro  
RELATOR: Des. Francisco Bandeira de Mello

**VOTO**

A discussão dos autos cinge-se à definição da competência jurisdicional para processar e julgar esta ação ordinária cujo valor da causa foi estipulado em montante inferior a 60 (sessenta) salários mínimos, ajuizada após o advento da Lei Federal nº 12.153/2009, que disciplina os Juizados Especiais da Fazenda Pública no âmbito dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.

Deveras, a competência dos Juizados da Fazenda Pública é **absoluta**, por força do art. 2º, § 4º, da Lei nº 12.153/2009, *in verbis*:

“Art. 2º É de competência dos Juizados Especiais da Fazenda Pública processar, conciliar e julgar causas cíveis de interesse dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios, até o valor de 60 (sessenta) salários mínimos.

§ 4º No foro onde estiver instalado Juizado Especial da Fazenda Pública, a sua competência é absoluta”.

Logo, não vigora para as partes a liberdade de escolha entre os Juizados da Fazenda Pública e a Justiça Comum, diversamente do regime de livre escolha adotado pela Lei nº 9.099/95, na parte que trata dos Juizados Especiais Cíveis.

Na hipótese em exame, insurge-se o ora apelante, contra a não inclusão em seus proventos da *Gratificação de Risco de Policiamento Ostensivo*, alegando que, por se tratar de uma gratificação de caráter geral, deve ser extensível aos inativos.

Nesse caso, entendo que **não é aferível, de imediato, o real conteúdo econômico da demanda**, de modo a ser possível afirmar de maneira peremptória que, a partir do reconhecimento do direito vindicado, o valor a ser apurado na causa será inferior a 60 (sessenta) salários mínimos – o que atrairia a competência dos Juizados da Fazenda Pública.

Por outro lado, cabe assinalar que a gratificação em foco não tem natureza previdenciária, o que faria incidir o art. 2º, inciso VI, da Resolução nº 321/2011 do TJPE.

Deveras, é consabido que o Estado de Pernambuco sustenta em Juízo a tese de que a vantagem em lume foi expressamente criada para contemplar os policiais militares da ativa, nos termos do art. 8º da LC nº 59/2004, não sendo, exatamente por isso, extensível aos inativos.



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

123  
e

Assim, não é possível, *a priori*, considerar que a demanda teria *natureza previdenciária*, pelo só fato de ter sido proposta por inativo, porquanto a questão controversa demanda, primeiro, exegese sobre o *caráter* (geral ou *propter laborem*) de vantagem indiscutivelmente estatutária, para só ao depois se cogitar de sua percepção por militar inativo.

Nesse contexto, entendo que é competente para processar e julgar o feito a Vara da Fazenda Pública.

Por último, observo que questões pertinentes à litispendência devem ser inicialmente analisadas pelo Juízo de origem, e não por este Tribunal de Justiça, evitando, desta forma, a supressão de instância.

Nesse sentido:

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. MANDADO DE SEGURANÇA. IMPETRAÇÃO CONTRA AJUIZAMENTO DE AÇÃO. ADITAMENTO DA PETIÇÃO INICIAL APÓS A PRESTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES. INADMISSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE INTERESSE PROCESSUAL. ALEGAÇÃO DE LITISPENDÊNCIA. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. EX TIÇÃO DO PROCESSO SEM RESOLUÇÃO DE MÉRITO. ART. 267, VI, DO CPC. 1. É inadmissível o aditamento da petição inicial após a prestação das informações por parte da autoridade impetrada. Precedentes do STJ. 2. O mero ajuizamento de ação não configura decisão judicial, não cabendo recurso contra este ato, de modo que deve ser admitida, a priori, a impetração de mandado de segurança em tal circunstância. 3. Não é possível o exame de questão atinente à litispendência em segundo grau de jurisdição, sem que esta tenha sido devidamente examinada em primeiro grau, sob pena de supressão de instância. Configurada, pois, a ausência de interesse processual. 4. Ordem denegada. (TRF-1 - MS: 6752 GO 0006752-37.2011.4.01.0000, Relator: DESEMBARGADORA FEDERAL MONICA SIFUENTES, Data de Julgamento: 20/02/2013, SEGUNDA SEÇÃO, Data de Publicação: e-DJF1 p.8 de 09/04/2013, undefined) (grifos nossos)

AGRAVO DE INSTRUMENTO - LITISPENDÊNCIA E COISA JULGADA - QUESTÕES DEVOLVIDAS AINDA NÃO DECIDIDAS NO JUÍZO SINGULAR - SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA - IMPOSSIBILIDADE - PRELIMINARES REJEITADAS - MANDADO DE SEGURANÇA - SUSPENSÃO DO PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 175/2011 - AUSÊNCIA DE UM DOS REQUISITOS INDISPENSÁVEIS - LIMINAR INDEFERIDA - DECISÃO MANTIDA. 1. Não cabe ao Tribunal ad quem decidir questões preliminares como a litispendência e coisa julgada, haja vista que não foram alvo de apreciação pelo Juízo singular, sob pena de ocorrência de supressão de instância. 2. Para a concessão de liminar em Mandado de Segurança faz-se necessária a presença dos pressupostos previstos no inciso III do artigo 7º, da Lei Federal nº 12.016/2009, quais sejam, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora*, que devem ser demonstrados, de plano, pelo (a) impetrante, sob pena de indeferimento.

(TJ-MG - AI: 10625120124221001 MG, Relator: Elias Camilo, Data de Julgamento: 28/11/2013, Câmaras Cíveis / 3ª CÂMARA CÍVEL, Data de Publicação: 13/12/2013, undefined) (grifos nossos)



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

124  
e

Ante o exposto, **dou provimento à apelação cível**, em ordem a reformar sentença *a quo* e declarar competente a 7ª Vara da Fazenda Pública da Capital para processar e julgar o feito, determinando o retorno dos autos àquela serventia judicial para o seu regular processamento.

Recife, 22 de maio de 2014.

  
Des. Francisco Bandeira de Mello  
Relator